

**Hamilton Matsimbe**  
**Manuel C. P. Gomané**

# DOSSIÊ: DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO, GUERRAS E CONFLITOS EM ÁFRICA

**Hamilton Matsimbe**<sup>1</sup>  
**Manuel Cochole Paulo Gomané**<sup>2</sup>

Os últimos anos da década de 1970 foram marcados por profundas transformações no sistema econômico e na geopolítica internacional, com profundas implicações para África. A crise e o posterior colapso da União Soviética, não só contribuíram para o fim da Guerra fria, como também criaram condições para o avanço do capitalismo nos países de forte influência soviética e, portanto, de economias socialistas e mais centralizadas. Assim, nos países africanos (majoritariamente de orientação marxista leninista), a partir dos anos 1980, a então Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) foi se tornando cada vez mais efetiva. A implementação de políticas neoliberais, já em curso noutras partes do mundo, não somente atingiu o continente como também se generalizou. A implicação imediata foi a integração econômica de países da África, à semelhança da Ásia e Leste europeu.

Neste processo, os países da África subsahariana, recém independentes, além de não mais poderem se beneficiar efetivamente do apoio financeiro da União soviética (já em crise),

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

---

<sup>1</sup> Professor Assistente na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), Departamento de Arqueologia e Antropologia; Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. [hamilton45@rocketmail.com](mailto:hamilton45@rocketmail.com)

<sup>2</sup> Professor Assistente na Universidade Save (Moçambique); Professor Substituto no Instituto Federal Bahiano – Campus Guanambi (Brasil); Doutorando pela Universidade Federal da Bahia. [manuelcochol@gmail.com](mailto:manuelcochol@gmail.com)

para a transição e estabilização política, na década de 1970, estavam, na maior parte das economias domésticas, mergulhadas na crise econômica e financeira (ARRIGHI, 2002). Igualmente, durante esta década e subsequentes, desastres naturais condicionaram a produção agrícola, um importante ativo econômico e base das economias dos países africanos. Este fator, combinado à alta de preços do petróleo, em 1973, devidos à guerra de *Yom Kippur* (Israel contra Egito e Síria), a queda no preço das commodities, precipitaram os países para uma crise na balança de pagamentos, endividamento insustentável e dependência extrema (CASTELBRANCO, 1994; BOND; DOR, 2003; MATSIMBE, 2019).

Esta vulnerabilidade aos “choques” climáticos e “flutuações” no mercado internacional e, obviamente a dependência dos países africanos ao financiamento externo (sobretudo de países capitalistas ocidentais), a partir dos anos 1980 e subsequentes, não evitou que o “remédio mágico” para ineficácia e ineficiência dos países em crise, passasse exclusivamente pelo Ajustamento Estrutural de suas economias (ANDERSON, 1995; HANLON, 1997). As instituições de *Bretton Woods*, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), “animadas” com os resultados do Plano Marshal, não apenas se colocaram na vanguarda do processo, como também foram se consolidando como principais agências multilaterais de apoio econômico e financeiro no continente africano.

Em termos práticos, estas instituições, inspiradas em políticas neoliberais, prepararam os pacotes econômicos visando promover a transição de economias centralizadas e de orientação marxista leninista para liberalização econômica. Quer dizer, as economias de muitos países africanos deviam passar por um processo de privatizações e de redução do papel do Estado (se não o afastamento total) na direção das economias. Significa, pois, que, enquanto os preços passaram a ser definidos pelo mercado, ao Estado apenas cabia a sua regulação (BROCHMANN; OFSTAD, 1990 apud OPPENHEIMER, 2006, p.28).

Entretanto, as instituições de *Bretton Woods* não podiam atuar isoladas. Nesta “gigantesca empreitada” de reajustamento das economias, considerada parte fulcral da estratégia da Nova Ordem Econômica, o Banco Mundial e FMI contaram com agências (inter) governamentais e Organizações Não-governamentais (ONG’s) de países ocidentais, apoiando o complexo processo de reformas (XABA, 2015). Em muitos países africanos, a implementação destas reformas, além das adversidades do mercado internacional e de desastres naturais atrás mencionadas, coincidiu com guerras e conflitos étnicos e religiosos ativos desde o período de independências, que condicionaram a efetiva implementação dos pacotes (MATSIMBE, 2022).

Na verdade, os países colonizadores nunca aceitaram “abandonar” a África. É por isso que Kwame Nkrumah, na década de 1960, sempre fez questão de denunciar o neocolonialismo. Mas, também Samir Amin fê-lo nas décadas seguintes. As guerras, conflitos étnicos e religiosos

que se seguiram às independências, mas também a neoliberalização e a consequente hegemonia das ONGI’s e das multinacionais têm que ser vistos nesta perspectiva, em África. O artigo de Hamilton Matsimbe “*Conflitos pós-coloniais e mobilização internacional em África*” procura fazer esta leitura. Afinal, de acordo com o autor a “imagem comum” de guerras e conflitos na África pós colonial, no contexto de uma fraca resposta interna dos governos, justificaram a mobilização internacional, sobretudo através do agências (inter) governamentais, Banco Mundial, FMI e o braço operacional – ONGI’s.

Este argumento é retomado no artigo “*Liberdade, igualdade e fraternidade só na França - análise da crise política com os países da África ocidental*” de Tomás Fuel e José Matonse. A partir dos golpes de estado recentemente verificados nas antigas colônias francesas, nomeadamente Gabão, Níger, Burquina Faso e Mali, é possível conjecturar sobre o esforço da França em coartar as liberdades para se manter nos países. Os acordos econômicos e militares celebrados, conferindo primazia à antiga metrópole na exploração de recursos naturais, contratação de obras públicas e intervenção militar, em caso de conflitos, mas também a zona monetária homogênea (do Franco CFA), indiciam a neocolonização. Estes autores mostram que o recurso aos golpes de Estado pode ter sido a estratégia mais eficaz para a cessação dos acordos e reconquista da liberdade do uso dos recursos naturais, na prática sob tutela da França, sua antiga metrópole.

Assegurar a exploração dos recursos naturais como parte da luta para a sobrevivência das potências ocidentais no sistema internacional onde o mercado é cada vez mais exigente e globalizado, em grande parte, explicam esta perspicaz mobilização internacional para África. Neste sentido, o artigo de Chapane Mutiua, constitui um alerta e um “apelo vigoroso” à comunidade científica e demais intelectuais para que se atentem às visões estereotipadas sobre os conflitos em África, com especial atenção aos acontecimentos de Cabo Delgado, Norte de Moçambique. O título é demasiadamente sugestivo, “*Identidades: “um bicho papão” para as sociedades do norte de Moçambique?*”

Segundo Mutiua, as identidades étnicas e religiosas são apontadas por vários estudos como principais catalisadores da violência que assola a região norte de Moçambique, com epicentro em Cabo Delgado. Entretanto, os principais momentos e elementos históricos das sociedades e suas contribuições na configuração das relações sociais ali estabelecidas não corroboram com tal visão, se constituindo apenas como um complexo “bode expiatório” se analisadas a partir da história de intercâmbios culturais que forjou o xadrez etnográfico da região.

Diz um provérbio Changane: “*Akutsama kusuhi nisimintela ahikufa*” (ou seja, morar perto do cemitério, não é sinônimo de morte). A tradução feita é contraindicada por Paulin

Houtoundji, não passa de traição. Que a terra lhe seja leve! Os portugueses, numa flagrante imitação da filosofia grega, também diriam “*parecer não é ser*”. É talvez este o sentido que Chapane Mutua pretende atribuir aos acontecimentos do norte de Moçambique. O autor refresca-nos a memória, afirmando que os processos de construção do Estado moderno em Moçambique, que se iniciam com a colonização e culminam com a luta pela independência, foram marcados por violência, exclusão e marginalização de uns aos outros. Por quê não avançamos para a exploração desta perspectiva?

A terminar a apresentação do dossiê, Virgílio Cossa e Fidel Terenciano, com “*Parcerias eficazes para um desenvolvimento econômico local pós-conflito: o caso da Organização Internacional para as Migrações “OIM” em Moçambique (2019-2021)*”, não apenas se alinham com o princípio de utilidade pública das ONG’s em contexto pós-conflitos, como também procuram dar sentido às parcerias público-privado, na prossecução do interesse público. Mais uma vez, a província de Cabo Delgado aparece como um campo apropriado para ensaiar tais experiências. Nisto tudo, duas são as lições: (1) que apesar de ambíguas na sua atuação, as ONG’s são “parceiros incontornáveis” em contextos de crise. É nossa responsabilidade um melhor aproveitamento; (2) que para as grandes potências conseguirem os recursos de que precisam para sua sobrevivência e manutenção, tudo farão. Ai, as guerras e os conflitos (sejam étnicos, religiosos, políticos ou de outra natureza) jamais faltarão.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.11-23, 1995.

ARRIGHI, G. “The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects”. **New Left Review**, 15 may /june, p.5-36, 2002.

BOND, P.; DOR, G. “**Neoliberalism and poverty reduction strategies in Africa**”. **Discussion Paper for the Regional Network for Equity in Health in Southern Africa (EQUINET)**, 2003.

CASTEL-BRANCO, C.N. (ORG). **Moçambique, perspectivas de desenvolvimento**. Maputo: FEE-UEM, 1994.

HANLON, J. **Paz sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária, 1997.

MACAMO, E. E se África rejeitasse os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Publico*, 1 de agosto de 2019, disponível em: <https://www.publico.pt/2019/08/01/mundo/opinia0/africa-rejeitasse-objectivos-desenvolvimento-sustentavel-1881616>, Acesso: 21/06/2023.

MATSIMBE, H. “Contribuição para leitura e contextualização da chegada de ONGI’s na Africa Subsahariana, 1960-1990”. **Dimensões**, v. 43, jul.-dez, p.11-27., 2019.

MATSIMBE, H. “Emergência de ONGs internacionais em Moçambique, 1983 – 2000”. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, vol. 19, n. 39, p. 231-251, 2023.

OPPENHEIMER, J. **Moçambique na Era do Ajustamento Estrutural: Ajuda, Crescimento e Pobreza**. Lisboa: IPADE, 2006.

PAVIA, J. “A dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique: as proposições de Laurence Whitehead”. S/l. s/d.

XABA, T. From public-private partnerships to private–public stick’em ups! NGOism, neoliberalism, and social development in post-apartheid South Africa. **International Social Work**, vol. 58, n.2, p.309-319, 2015.